

Atenção: Nesta prova, considera-se uso correto da Língua Portuguesa o que está de acordo com a norma padrão escrita.

Leia o texto a seguir para responder as questões sobre seu conteúdo.

A “LÍNGUA” DO PENSAMENTO

Publicado em Língua Portuguesa, ano 7, n.º 75, janeiro de 2012.
Adaptado de: <http://www.aldobizzocchi.com.br/divulgacao.asp>.
Acesso em: 28 mar 2017.

Por mais distintas que as línguas sejam, praticamente tudo que pode ser dito em uma língua pode ser dito nas demais. Certas palavras não encontram equivalentes exatos em outros idiomas, as estruturas sintáticas são muito diferentes, mas o sentido geral das frases tende a permanecer o mesmo. Tanto que, salvo em traduções de poesia, em que a expressão é tão importante quanto o conteúdo, o que se traduz num texto é o seu sentido geral e não o significado termo a termo, a chamada tradução literal, que muitas vezes conduz a enunciados sem sentido.

Essa possibilidade quase irrestrita de tradução é possível **porque** o “sentido geral” a que estou me referindo é algo que transcende a língua. Trata-se de uma representação mental que fazemos da realidade e que prescinde de palavras. Mas **tampouco** se dá por imagens ou outros símbolos dotados de um significante material. Tanto que cegos de nascença, surdos-mudos e indivíduos privados da linguagem por alguma patologia são perfeitamente capazes de pensar e compreender a realidade.

Também comprovam a existência dessa representação mental puramente abstrata, situações como quando não recordamos uma palavra, mas mesmo assim sabemos o que queremos dizer, ou quando alguém diz algo e, tempos depois, lembramos o que foi dito mesmo tendo esquecido as palavras exatas. A ideia de que pensamos independentemente da língua que falamos e mesmo de outros sistemas simbólicos (sons, gestos, desenhos, esquemas) é bem antiga e tem inquietado muitos pensadores e cientistas ao longo do tempo.

[...] Fazendo uma analogia, fatos do mundo real são interações entre objetos formados de átomos ou de partículas ainda menores. Se o pensamento é a representação mental da realidade exterior, então a mente seria povoada por “objetos” (conceitos) compostos de partículas mínimas hierarquicamente organizadas, os quais interagem por meio de relações lógicas e abstratas. Isso explicaria **por que** substância, qualidade e ação são categorias universais e **por que** classes como substantivo, adjetivo e verbo existem em todas as línguas – ainda que, no plano da superfície discursiva, possam estar mascaradas em algumas delas.

Paralelamente, os estudos de Noam Chomsky sobre a aquisição da linguagem e a competência linguística demonstraram que, por mais pobres que sejam os estímulos vindos do meio, toda criança aprende a falar muito cedo e é capaz de formular corretamente frases que jamais ouviu antes.

[...] Chomsky postula que a aptidão linguística é inata e se dá por meio de módulos cerebrais. É como se o cérebro fosse o *hardware* no qual já viesse de fábrica um sistema operacional capaz de processar qualquer *software* linguístico (isto é, qualquer língua). A esse sistema pré-instalado Chomsky chamou de Gramática Universal (GU). Assim, se o cérebro é como um computador, a GU é a plataforma (como o Windows, por

exemplo) na qual roda o “*software*” linguístico instalado (no nosso caso, algo como o programa “português.exe”). A fala é então o produto do processamento desse programa, como o papel que sai da impressora.

Mas, se não pensamos só com palavras, a GU, sendo uma plataforma de processamento linguístico, provavelmente ainda não é o sistema de base do pensamento: deve haver um sistema ainda mais básico, que permite “rodar” não só línguas mas todos os demais códigos simbólicos já inventados ou por inventar.

[...] Eu mesmo venho realizando pesquisas sobre o assunto, algumas já publicadas. É importante dizer que todas as teorias, apesar das diferenças, são tributárias de um mesmo princípio, já intuído pelos gregos na Antiguidade. Como diria Mário Quintana, não há nada que possamos pensar que algum grego já não tenha pensado.

Aldo Bizzocchi é doutor em Linguística pela USP, pós-doutor pela UERJ, pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa da USP e autor de *Léxico e Ideologia na Europa Ocidental* (Annablume) e *Anatomia da Cultura* (Palas Athena).

- De acordo com as ideias presentes no texto, somente se pode inferir corretamente que:
 - Se não houver uma língua, ou seja, um código falado, a comunicação não se estabelece.
 - A ideia de que se pensa independentemente da língua que se fala inquieta pensadores e cientistas.
 - Há comprovações científicas de que se pensa no mesmo idioma em que se fala.
 - A tradução de um texto, de um idioma para outro, só é possível se houver palavras que expressem exatamente o mesmo nas duas línguas.
- Assinale a alternativa que contenha corretamente a função principal desse texto.
 - Descrever os processos de fala e pensamento para que se entenda como ocorrem.
 - Instruir as pessoas sobre como devem processar seus pensamentos a partir do idioma que falam.
 - Provocar reflexão sobre se é preciso ou não se saber um idioma para pensar.
 - Relatar dados de pesquisa que comprovam que para pensar não é preciso aprender um idioma.
- Analise as proposições abaixo. Em seguida, assinale a alternativa que contenha a análise correta sobre as mesmas.
 - Em: “todas as teorias, apesar das diferenças, são tributárias de um mesmo princípio, já intuído pelos gregos na Antiguidade”, a simples substituição da expressão “de um mesmo princípio” por “de uma mesma raiz” não alteraria a correção do período.
 - As duas vírgulas presentes no trecho a seguir isolam duas orações coordenadas e uma subordinada: “Certas palavras não encontram equivalentes exatos em outros idiomas, as estruturas sintáticas são muito diferentes, mas o sentido geral das frases tende a permanecer o mesmo”.
 - A palavra “tampouco”, destacada no texto, tal como foi empregada, expressa sentido de “também não”.
 - Em: “não há nada que possamos pensar que algum grego já não tenha pensado”, o verbo haver é impessoal.
 - Estão corretas apenas as proposições III e IV.
 - Estão corretas apenas as proposições I e III.
 - Apenas a proposição I está incorreta.
 - Estão corretas apenas as proposições I e II.

4. Todas as alternativas contêm ideias presentes no texto, com **EXCEÇÃO** de uma. Assinale-a.
- O fato de as crianças aprenderem a falar muito cedo comprova a teoria proposta pelo texto.
 - Apesar de se realizarem pesquisas recentemente, a ideia da representação mental independente da fala é antiga.
 - A abstração tem pouca influência nas representações mentais que se faz ao processar pensamentos.
 - O pensamento é uma representação mental, que se liga a algo exterior, ou seja, que se inclui na realidade de quem pensa.
5. Observe as ocorrências de porque/por que, destacadas no texto. Agora assinale a alternativa que contenha as palavras que completem corretamente os espaços nas proposições a seguir:
- O caminho _____ venho é mais longo.
 - Não há nenhum _____ que não tenha resposta.
 - As razões _____ falou não ficaram claras.
 - Ninguém falou, não se sabe _____.
- I. por que; II. porquê; III. por que; IV. por quê.
 - I. porque; II. porquê; III. por que; IV. porque.
 - I. porque; II. por que; III. porque; IV. por que.
 - I. por que; II. por quê; III. porque; IV. porquê.
6. No texto, a palavra “pré-instalado” aparece separada corretamente por hífen, pois sempre se emprega o hífen em palavras compostas com o prefixo “pré”. Assinale a alternativa **INCORRETA** de acordo com as regras vigentes sobre a aplicação ou não do hífen:
- Infravermelho, sub-base, antissemita.
 - Portacopos,superresistente, subraça.
 - Sabiá-da-serra, dia a dia, mão de obra.
 - Pan-americano, recém-chegado, ex-presidente.
7. Releia: “mesmo assim sabemos o que **queremos** dizer”. O verbo “querer” pode assumir diferentes formas de acordo com o tempo em que estiver conjugado. Assinale a única alternativa em que esse verbo tenha sido corretamente conjugado e escrito.
- O professor quiz saber as razões do atraso.
 - Seria melhor que ele queresse colaborar.
 - Se você quizesse melhorar, poderia.
 - A secretária queria sair mais cedo.
8. Assinale a alternativa em que haja **ERRO** quanto ao emprego das regras de acentuação gráfica.
- A boia inflável, em náutica, é importantíssima.
 - Os fatos sobrevêm às exigências da assembleia.
 - Os indivíduos não têm necessidade de destacar a feiura das coisas.
 - O androide é um autômato que tem figura de homem e imita seus movimentos.
9. Assinale a alternativa em que está correto o emprego de a/há.
- Há razões pelas quais não a tempo para decidir.
 - Fiquei há uma distância de 100 metros do alvo a que se referia.
 - Há muito tempo estive a ponto de dizer a verdade a você.
 - Se dedicou a fazer um curso há distância e há poucos dias se formou.
10. Assinale a única oração em que o sujeito seja indeterminado.
- Assaltaram a casa do ministro.
 - Nada foi feito para mudar a realidade.
 - Todos quiseram dar sua opinião.
 - Ninguém se manifestou a esse respeito.
11. Assinale a alternativa que completa a frase a seguir: _____ a problem that we have to solve now.
- Has are
 - Have is
 - There is
 - There are
12. Qual alternativa está gramaticalmente **INCORRETA**?
- You walked yesterday.
 - You didn't walk yesterday.
 - Did you walked yesterday?
 - Did you walk yesterday?
13. Complete as sentenças usando in, at ou on.
Has she got a job? No, she's still ____ School.
We walked to the restaurant, but we went home __ a taxi.
I enjoyed the flight, but the food _____ the plane wasn't very nice.
Assinale a sequência correta:
- at - in - in
 - on - at - on
 - in - on - in
 - at - in - on
14. Qual das alternativas **NÃO** está na voz passiva?
- The roof is being repaired.
 - The office is being cleaned.
 - Mary has been married three times.
 - The shirts have been ironed.
15. Complete sentenças usando must, mustn't ou needn't:
Mary gave me a letter to post. I ____ remember to post it.
There's plenty of time for you to make up your mind. You _____ decide now.
We _____ make any noise.
Assinale a sequência correta:
- mustn't - needn't - must
 - must - mustn't - needn't
 - needn't - must - mustn't
 - must - needn't - mustn't
16. Complete a sentença com o correto Phrasal Verb e assinale a alternativa correta:
I don't want to hear any more about this matter. Please, don't _____ again.
- bring it up
 - blow it up
 - cheer it up
 - save it up
17. Assinale a alternativa em que o uso do singular ou do plural está **INCORRETO**:
- The police are investigating the murder.
 - They are nice people.
 - The Government want to increase taxes.
 - Gymnastics are my favourite sport.

18. Complete as sentenças usando by ou until:

Sarah has gone away. She will be away _____ Monday.
Sorry, but I must go. I have to go home _____ 5 o' clock.
I'd better pay the phone bill. It has to be paid _____ tomorrow.

Assinale a sequência correta:

- a) until - until - by
- b) until - by - by
- c) by - by - until
- d) by - until - until

19. Complete a sentença com o tempo verbal correto e assinale a alternativa correta:

The police _____ three people, but later they let go them.

- a) arrast
- b) have arrasted
- c) will arrast
- d) arrasted

20. Complete as sentenças com to, on ou for:

I'm going _____ France next week.
I'm going out _____ a walk. Do you want to come?
Would you like to go _____ a tour of the city?

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) to - for - on
- b) to - on - for
- c) to - on - on
- d) on - to - to

BLOCO 1

21. A Agência Nacional de Petróleo terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe:

- a) Articular-se com os outros órgãos reguladores do setor energético de outros países, principalmente do Oriente médio sobre a comercialização e exploração no solo brasileiro do petróleo e seus derivados.
- b) Implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I da Lei 9.478/97, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.
- c) Promover estudos visando à expansão de blocos, para efeito de concessão ou contratação sob o regime único de partilha de produção das atividades de exploração, desenvolvimento, comercialização e produção entre os países do MERCOSUL.
- d) Desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento, comercialização e produção de petróleo e gás natural e seus derivados, bem como distribuição dos royalties entre os países parceiros.

22. Após a leitura das assertivas abaixo, indique aquelas em que considera corretas:

- I. Eventualmente, os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- II. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- III. A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.
- IV. A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

A sequência correta é:

- a) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas a assertiva III está correta.
- c) Somente as assertivas I e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

23. Consoante o artigo 38 da Constituição Federal, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

- a) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados sem contar o período que se licenciou.
- b) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- c) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive no caso para promoção por merecimento.
- d) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, não haverá a necessidade do afastamento de seu cargo, emprego ou função.

24. Segundo a Lei 9.478/97, constituem monopólio da União, nos termos do art. 177 da Constituição Federal, as seguintes atividades:
- O transporte aéreo do petróleo líquido de origem estrangeira ou de derivados básicos de petróleo produzidos fora do País, bem como o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e de gás natural.
 - A distribuição do petróleo por todo o país nas plataformas marítimas com tecnologia, capital e mão de obra estrangeiros, bem como os royalties oriundos da exploração entre os países parceiros.
 - A refinação do petróleo explorado em solo brasileiro se dá nos países árabes.
 - A pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.
25. Segundo o Decreto 2.745 de 24/08/1998 da Presidência da República, uma das hipóteses de dispensa de licitação pública poderá ocorrer:
- Quando não caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens.
 - Quando as propostas de licitação anterior tiverem consignado preços manifestamente superiores aos praticados no mercado, ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos estatais incumbidos do controle oficial de preços.
 - Quando a operação envolver empresas terceirizadas pela PETROBRÁS, para aquisição de bens ou serviços a preços acima dos praticados no mercado, bem como com pessoas jurídicas de direito privado, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações ou ainda aquelas sujeitas ao seu controle majoritário, em hipótese alguma se houver empresas privadas que possam prestar ou fornecer os mesmos bens e serviços.
 - Na contratação de instituições estrangeiras, com fins lucrativos, incumbidas regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino, desenvolvimento institucional, da integração de portadores de deficiência física, ou programas baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente.
26. A lei 8.176/91 estabelece os crimes contra a ordem econômica e cria o sistema de estoque de combustíveis, podemos afirmar que constitui crime contra a ordem econômica:
- Adquirir, transportar, industrializar, tiver consigo, consumir ou comercializar produtos ou matéria-prima, obtidos sem autorização legal ou em desacordo com as obrigações impostas pelo título autorizativo.
 - A pena de multa será fixada entre dez e trezentos e sessenta dias-multa, conforme seja necessário e suficiente para a reprovação e a prevenção do crime.
 - Adquirir, distribuir e revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico, hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei.
 - Constitui também crime contra a ordem econômica, na modalidade de usurpação, produzir bens ou explorar matéria-prima pertencentes à União, sem autorização legal.
27. Sobre “descentralização” e “desconcentração” pode-se afirmar:
- Na desconcentração o Estado atua indiretamente, pois o faz através de outras pessoas, seres juridicamente distintos dele, ainda quando sejam criaturas suas e por isso mesmo se constituam, em parcelas personalizadas da totalidade do aparelho administrativo estatal.
 - A desconcentração é procedimento eminentemente interno, significando, tão somente, a substituição de um órgão por dois ou mais com o objetivo de acelerar a prestação do serviço. Na desconcentração o serviço era centralizado e continuou centralizado, pois que a substituição se processou apenas internamente.
 - Essa execução indireta, quando os serviços públicos são prestados por terceiros sob o controle e a fiscalização do ente titular, é conhecido na doutrina como descentralização.
 - Na descentralização, as atribuições administrativas são outorgadas aos vários órgãos que compõem a hierarquia, criando-se uma relação de coordenação e subordinação entre um e outros. Isso é feito com o intuito de desafogar, ou seja, tirar do centro um grande volume de atribuições para permitir o seu mais adequado e racional desempenho.
28. A lei 9.021/95 que dispõe sobre a implementação da autarquia Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), criada pela Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, define a composição do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica):
- O Plenário do Cade é composto por um Presidente, um vice-presidente e mais seis Conselheiros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta anos de idade através de sabatina no Ministério Público Federal, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada.
 - O Plenário do Cade é composto por um Presidente e seis Conselheiros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.
 - O Plenário do Cade é composto por um Presidente e seis Conselheiros, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, escolhidos através de votação interna entre os procuradores federais, depois de aprovados pelo Senado Federal.
 - O Plenário do Cade é composto por um Presidente e seis Conselheiros, escolhidos dentre cidadãos com formação acadêmica em economia e direito, depois submetidos seus nomes ao Senado Federal.
29. São características da sociedade cooperativa:
- Variabilidade, ou dispensa do capital social.
 - Valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar será ilimitado.
 - Transferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.
 - Concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, com limitação de número máximo.

30. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) No caso de condomínio de quota, os direitos a ela inerentes somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.
- b) Na sociedade limitada, havendo omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, somente com a anuência dos outros, ou a terceiros, se não houver oposição de titulares de mais de um quinto do capital social.
- c) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- d) A quota é indivisível em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência, caso em que se observará o disposto no artigo seguinte.

31. Assinale a alternativa correta:

- a) Na sociedade limitada, os sócios não são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.
- b) Sem prejuízo do disposto no art. 1.052 do Código Civil de 2002, os condôminos de quota indivisa não respondem solidariamente pelas prestações necessárias à sua integralização.
- c) A quota é divisível em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência.
- d) Na sociedade limitada, não integralizada a quota de sócio remisso, os outros sócios podem, sem prejuízo do disposto no art. 1.004 do Código Civil de 2002 e seu parágrafo único, tomá-la para si ou transferi-la a terceiros, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações estabelecidas no contrato mais as despesas.

32. Nas sociedades de nome coletivo respondem todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais. Podemos afirmar que nas sociedades em comandita simples, segundo o capítulo III do Código Civil de 2002:

- a) No caso de morte de sócio comanditário, a sociedade, salvo disposição do contrato, não poderá continuar com os seus sucessores, será designado novo comanditário para que o substitua.
- b) Sem prejuízo da faculdade de participar das deliberações da sociedade e de lhe fiscalizar as operações, pode o comanditário praticar qualquer ato de gestão e ter o nome na firma social.
- c) Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.
- d) O sócio comanditário é obrigado à reposição de lucros recebidos de boa-fé e de acordo com o balanço.

33. A dissolução da sociedade simples pode ocorrer em diversas formas:

- a) O vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado.
- b) A falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e vinte dias.
- c) A deliberação dos sócios pela sua dissolução, por maioria simples, na sociedade de prazo indeterminado.
- d) Quando houver desistência de um único sócio e este pedir a dissolução mesmo contrário a vontade dos outros.

34. Constituem deveres do liquidante da sociedade, segundo o artigo 1103 do Código Civil de 2002:

- a) Convocar assembléia dos quotistas, cada nove meses, para apresentar relatório e balanço do estado da liquidação, prestando conta dos atos praticados durante cada trimestre, ou sempre que necessário.
- b) Exigir dos quotistas, quando insuficiente o ativo à solução do passivo, a integralização de suas quotas e, se for o caso, as quantias necessárias, nos limites da responsabilidade de cada um e proporcionalmente à respectiva participação nas perdas, repartindo-se, entre os sócios insolventes e na mesma proporção, o devido pelo solvente.
- c) Ultime os negócios da sociedade, realizar o ativo, pagar o passivo e partilhar o remanescente entre os sócios ou acionistas.
- d) Proceder no prazo improrrogável de vinte e cinco dias seguintes ao da sua investidura e com a assistência, sempre que possível, dos administradores, à elaboração do inventário e do balanço geral do ativo e do passivo.

BLOCO 02

35. Conceder-se-á *habeas data*:

- a) Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público e para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- b) Para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- c) Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- d) Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania e acesso a dados sigilosos.

36. A lei 9.985/00 estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:
- Conservação da natureza: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.
 - Diversidade biológica: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.
 - Preservação: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.
 - Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
37. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é um colegiado representativo de cinco setores: órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil. Compõem o plenário diversos representantes destes segmentos, podemos citar entre eles:
- Nove representantes dos Governos Municipais que possuam órgão ambiental estruturado e Conselho de Meio Ambiente com caráter deliberativo; vinte e cinco representantes de entidades de trabalhadores e da sociedade civil; um representante de cada um dos Ministérios, das Secretarias da Presidência da República e dos Comandos Militares do Ministério da Defesa, indicados pelos respectivos titulares.
 - Dois representantes do Ministério Público Federal; um representante dos Ministérios Públicos Estaduais, indicado pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça; dois representantes da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados com direito a voto.
 - Vinte e cinco representantes de entidades de trabalhadores e da sociedade civil; um representante da Agência Nacional de Águas-ANA; dezoito representantes de entidades empresariais; um membro honorário indicado pelo Plenário.
 - O Ministro de Estado do Meio Ambiente, que o presidirá; o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, que será o seu Secretário-Executivo; um representante de cada um dos Ministérios, das Secretarias da Presidência da República e dos Comandos Militares do Ministério da Defesa, indicados pelos respectivos titulares; oito representantes dos Governos Municipais que possuam órgão ambiental estruturado e Conselho de Meio Ambiente com caráter deliberativo.
38. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação possui os seguintes objetivos, consoante dispõe a Lei 9.985/00:
- Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural.
 - Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações indígenas e quilombolas, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as comercialmente no turismo ecológico.
 - Valorizar econômica e comercialmente a diversidade biológica explorando a natureza com a finalidade de angariar recursos financeiros para preservá-la.
 - Favorecer condições e promover a educação e interpretação da intervenção estrangeira, a recreação em contato com áreas de preservação permanente e o turismo histórico.
39. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
 - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
 - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
 - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a responder processos na esfera administrativa e eventualmente no Poder Judiciário, promovido pelo município, estado ou União, e ainda, a obrigatoriedade de reparar os danos causados.
40. É da competência do CONAMA:
- Incentivar o desenvolvimento sustentável e o turismo ecológico, essencialmente na Bacia Hidrográfica.
 - Apreciar as propostas de resoluções sobre o meio ambiente com os acordos internacionais, dos quais o Brasil seja signatário.
 - Determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como às entidades privadas, informações, notadamente as indispensáveis à apreciação de Estudos Prévios de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, em especial nas áreas consideradas patrimônio nacional.
 - Definir os impactos ambientais das áreas de preservação, bem como o seu desenvolvimento econômico auto sustentável e o seu potencial comercial e de turismo.

41. Em matéria tributária, a Constituição Federal no Título VI, capítulo I, estabelece:
- A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
 - A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios no caso de investimento de interesse público, caso entenda ser de relevante interesse nacional, por prazo indeterminado, inclusive para cobrir déficit no orçamento da administração pública.
 - Os Municípios e o Distrito Federal não poderão instituir contribuição ou legislar na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.
 - Cabe à lei complementar também a definição de tratamento isonômico ao setor empresarial, tratando sem qualquer diferencial, nem favorecendo as microempresas e empresas de pequeno porte, sem criar regimes especiais ou simplificados.
42. Assinale a assertiva **INCORRETA**:
- É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou revogado.
 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- BLOCO 03**
43. Nesta redação de cláusula em contrato internacional, podemos identificar :
- "Tout important déséquilibre établi, résultant de conditions économiques inhabituelles n'ayant pas été prévues par les parties à l'époque de l'exécution du contrat, peut être rectifié mutuellement par les parties".*
Tradução: "Qualquer desequilíbrio significativo estabelecida, resultando incomuns condições econômicas pás que têm sido fornecidas pelas partes no momento do contrato, pode ser corrigido mutuamente pelas partes"
- Cláusula revisional ou de indexação.
 - Cláusula de força maior.
 - Cláusula hardship restritiva.
 - Cláusula hardship aberta.
44. Segue uma cláusula redigida em um contrato internacional privado. Identifique a sua espécie:
- "Si le prix du pétrole supporte une augmentation ou une baisse de plus de 6 francs par tonne, les parties devront se rencontrer afin de discuter la modification de ce prix"*
Tradução: "Se o preço do petróleo suporta um aumento ou diminuição de mais de 6 francos por tonelada, as partes vão se reunir para discutir a mudança o preço"
- Cláusula de força maior.
 - Cláusula de indexação.
 - Cláusula hardship aberta.
 - Cláusula hardship restritiva.
45. O manuseio de contratos internacionais é considerado complexo, pois implica na observação de vários elementos capazes de afetar a relação contratual, tais como, o tipo de sistema jurídico dos Estados envolvidos, suas regras de ordem pública, a licitude ou ilicitude do objeto do contrato, a natureza jurídica das partes, e outros. Nestas espécies de contratos encontramos a cláusula *hardship*. Podemos defini-la como:
- As cláusulas de força maior e as *hardship* dispostas em contratos internacionais complexos são regidas somente pelo ordenamento jurídico brasileiro, portanto são cláusulas inflexíveis e imutáveis.
 - Pode-se traduzir *hardship* por "adversidade", "infortúnio" ou mesmo "necessidade". Tal cláusula prima por angariar recursos frutos de indenizações, podendo resultar a uma das partes um prejuízo não previsto no contrato.
 - A cláusula de *hardship* comporta em seu bojo o fim precípuo de salvaguardar o contrato, toda vez que um evento exterior e estranho às partes envolvidas promova uma ruptura tamanha capaz de impor um rigor injusto a uma das partes. A finalidade cardinal e inarredável é a modificação ou ajuste da avença. A *hardship* atua sob a roupagem de um dever de renegociação, ambicionando o restabelecimento da economia do contrato, sem pôr em risco a segurança jurídica das disposições previamente pactuadas. Trata-se, pois, de uma exceção ou relativização da locução *pacta sunt servanda*.
 - A cláusula de *hardship* funciona como um seguro de indenização no contrato, assegurando a parte prejudicada uma reparação em dinheiro sobre os danos causados, não alterando as disposições anteriormente pactuadas.
46. Assinale a assertiva que corresponda à sentença arbitral estrangeira:
- Considera-se sentença arbitral estrangeira a que tenha sido proferida dentro do território nacional por árbitro estrangeiro em contratos internacionais.
 - A sentença arbitral estrangeira será reconhecida ou executada no Brasil de conformidade com os tratados internacionais com eficácia no ordenamento interno e, na sua ausência, estritamente de acordo com os termos da Lei 9.307/66.
 - A homologação de sentença arbitral estrangeira será requerida exclusivamente pelo árbitro estrangeiro, devendo o requerimento conter as indicações da lei processual daquele país.
 - Para ser reconhecida ou executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita, unicamente, à homologação do Tribunal de Justiça pertencente a jurisdição em que ela foi proferida.

47. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Somente poderá ser negada a homologação para o reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, quando o réu demonstrar que não foi notificado da designação do árbitro ou do procedimento de arbitragem, ou tenha sido violado o princípio do contraditório, impossibilitando a ampla defesa.
- b) Somente poderá ser negada a homologação para o reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, quando o réu demonstrar que a sentença arbitral não se tenha, ainda, tornado obrigatória para as partes, tenha sido anulada.
- c) Somente poderá ser negada a homologação para o reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, quando o réu demonstrar que a convenção de arbitragem não era válida segundo a lei à qual as partes a submeteram, ou, na falta de indicação, em virtude da lei do país onde a sentença arbitral foi proferida.
- d) Somente poderá ser negada a homologação para o reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, quando o autor demonstrar que as partes na convenção de arbitragem eram relativamente capazes.

48. A lei 5.811/72 dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos. Em seu artigo 3º elenca os direitos assegurados aos empregados que permanecem no regime de revezamento em turno de 8 (oito) horas, podemos citar:

- a) Pagamento simples de repouso e alimentação suprimida nos termos do § 2º do art. 2º desta lei.
- b) Direito a um repouso de 36 (trinta e seis) horas consecutivas para cada 02 (dois) turnos trabalhados.
- c) Pagamento de adicional de insalubridade mais horas extras proporcionais.
- d) Alimentação e transporte gratuitos, no posto de trabalho, durante o turno em que estiver em serviço.

49. Assinale a alternativa correta:

- a) Sempre que, por iniciativa do empregador, for alterado o regime de trabalho do empregado, com redução ou supressão das vantagens inerentes aos regimes instituídos na lei 5.811/72, ser-lhe-á assegurado o direito à percepção de uma indenização.
- b) Durante o período em que permanecer no regime de sobreaviso, serão assegurados ao empregado remuneração adicional correspondente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do respectivo salário-básico, para compensar a eventualidade de trabalho noturno ou a variação de horário para repouso e alimentação, podendo variar em até 40%.
- c) Considera-se salário-básico a importância fixa mensal correspondente à retribuição do trabalho prestado pelo empregado na jornada de trabalho, acrescido de vantagens, incentivos ou benefícios, a qualquer título.
- d) Durante o período em que permanecer no regime de sobreaviso, serão assegurados ao empregado Repouso de 36 (trinta e seis) horas consecutivas para cada período de 24 (vinte quatro) horas em que permanecer de sobreaviso.

50. A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982 promulgada através do Decreto 99.165/90 estabelece em seu artigo 1º, item 5 “a” e “b” a definição para “alijamento”:

- a) Qualquer lançamento deliberado no mar de detritos e outras matérias, a partir de embarcações, aeronaves, plataformas ou outras construções e qualquer afundamento deliberado no mar de embarcações, aeronaves, plataformas ou outras construções.
- b) Introdução pelo homem, direta ou indiretamente, de substâncias ou de energia no meio marinho, incluindo os estuários, sempre que a mesma provoque ou possa vir provocar efeitos nocivos, tais como danos aos recursos vivos e à vida marinha, riscos à saúde do homem, entrave às atividades marítimas, incluindo a pesca e as outras utilizações legítimas do mar, alteração da qualidade da água do mar, no que se refere à sua utilização, e deterioração dos locais de recreio.
- c) O lançamento de detritos ou outras matérias resultantes ou derivadas da exploração normal de embarcações, aeronaves, plataformas e outras construções, bem como o seu equipamento.
- d) O depósito de matérias para outros fins que não os do seu simples lançamento desde que tal depósito não seja contrário aos objetivos da presente Convenção.

PROVA DISCURSIVA

As questões deverão ser respondidas sob forma de dissertação e com no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo 30 (trinta) linhas cada, sendo atribuída nota zero à mesma, caso não atenda ao limite mínimo de linhas e, sendo desconsiderado o que ultrapassar o limite máximo.

1. Um contrato de prestação de serviços foi firmado entre uma empresa brasileira denominada “CH- Assessoria, Consultoria e Serviços Ltda.” e uma empresa norte americana “Lost Builds e Developments” cujo objeto seria a prestação de serviços de contabilidade e representações perante fornecedores. A assinatura do mencionado contrato ocorreu na sede da contratante na cidade de Los Angeles, e consta no instrumento a cláusula arbitral. A contratada ficou inadimplente e foi acionada no tribunal de arbitragem americano, surgindo uma sentença arbitral estrangeira condenando-a ao pagamento de danos materiais e morais em favor da contratante. Mencionada sentença está sendo executada judicialmente no Brasil.

Você, advogado(a) é contratado pela empresa brasileira para efetuar a sua defesa. Responda como analisará a referida sentença à luz da lei brasileira que dispõe sobre arbitragem (Lei 9.307/96). Na sua defesa qual a fundamentação jurídica utilizará? Quais preliminares podem ser arguidas no caso hipotético? Quais os parâmetros de validade desta sentença no Brasil? Discorra como uma sentença arbitral estrangeira pode ser reconhecida e executada no Brasil.

2. Discorra sobre as cláusulas *hardship* e de força maior (*force majeure*) nos contratos internacionais privados, definindo cada uma, apontando as distinções e exemplificando.